



19 DE FEVEREIRO DE 2019

Terça-feira

- SAVE THE DATE: "NOVOS REFIS DO PARANÁ E OUTROS TEMAS TRIBUTÁRIOS
- ARTIGO: EM BUSCA DE REFORMAS
- BOLSONARO ENTREGARÁ PESSOALMENTE PROPOSTA DE REFORMA NA QUARTA-FEIRA, DIZ MARINHO
- REFORMA TRABALHISTA ELEVA PROCURA POR SEGURO CONTRA DANOS MORAIS
- MAIA QUER TESTAR APOIO DA BASE À REFORMA
- FUX MANTÉM JULGAMENTOS DE ADICIONAL DE 25% A APOSENTADOS
- EM UM MÊS, PARANÁ ABRE MAIS DE 16 MIL NOVAS EMPRESAS
- PAÍS FECHA JANEIRO COM QUASE 260 MIL NOVAS EMPRESAS
- PROGRAMA POTENCIALIZA A INTERNACIONALIZAÇÃO DE STARTUPS BRASILEIRAS
- ARTIGO: BRIGA DE GENTE GRANDE
- ARTIGO: "O SINDICATO NEGOCIA PELA CATEGORIA TODA
- DESCUBRA QUAL DECISÃO FOCAR PARA ELEVAR O RETORNO DE SEU PORTFÓLIO
- ANEEL DEVERÁ ENDURECER FISCALIZAÇÃO A MERCADO LIVRE DE ENERGIA APÓS CRISE
- OMC ALERTA PARA DESACELERAÇÃO DO COMÉRCIO GLOBAL COM INDICADOR ATINGINDO MENOR NÍVEL EM 9 ANOS
- IBOVESPA FECHA EM QUEDA EM DIA DE EXERCÍCIO DE OPÇÕES COM RUÍDO POLÍTICO E SEM NY
- MONITOR DO PIB APONTA PARA ALTA DE 1,1% EM 2018, UM 'ANO PERDIDO', SEGUNDO A FGV
- IGP-M SOBE 0,55% NA 2ª PRÉVIA DE FEVEREIRO, REVELA FGV
- IPC-S DESACELERA EM 6 DAS 7 CAPITAIS ANALISADAS NA 2ª QUADRISSEMANA DE FEVEREIRO

- ALTA EM ALIMENTAÇÃO FOI MAIS FORTE DO QUE O PREVISTO, DIZ FIPE
- HONDA VAI FECHAR FÁBRICA NO REINO UNIDO EM 2022, DIZ PARLAMENTAR
- AMAZON FAZ SEGUNDO INVESTIMENTO EM STARTUP DE TRANSPORTE NO MÊS
- MONTADORAS SE UNEM CONTRA POSSÍVEIS SOBRETAXAS DE TRUMP SOBRE IMPORTADOS
- BRASIL PEDE COMPENSAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA POR SALVAGUARDAS SOBRE O AÇO
- MCLAREN TRAZ NOVO SUPERCARRO DE R\$ 2,7 MI
- WILSON BRICIO, DA ZF: "PESSOAS FRUSTRADAS NÃO DÃO BONS LÍDERES"
- DAIMLER TRUCKS APURA RECORDE DE VENDAS, RECEITA E LUCRO EM 2018

CÂMBIO EM 19/02/2019		
	Compra	Venda
Dólar	3,713	3,713
Euro	4,207	4,209

Fonte: BACEN

SAVE THE DATE: "Novos Refis do Paraná e Outros Temas Tributários

19/02/2019 - Fonte: SINDIMETAL/PR

SAVE THE DATE



CAFÉ DA MANHÃ COM PALESTRA

Tema:

"Novo Refis do Paraná e Outros Temas Tributários"

Dia: 14/03/2019
Horário: 08h30

SINDIMETAL/PR
Rua Ângelo Greca, 70 - Atuba - Curitiba



SINDIMETAL-PR

Em busca de reformas

19/02/2019 – Fonte: CNI (publicado em 18-02-2019)

Em artigo publicado no jornal O Popular (GO), vice-presidente da CNI, Paulo Afonso Ferreira, avalia que o Congresso Nacional deve trabalhar de olho em ações que estimulem o crescimento, o desenvolvimento e o aumento da competitividade brasileira



Estamos iniciando mais uma legislatura, com nova composição no Congresso Nacional. O resultado das urnas mostrou que a população espera por mudanças e renovação na política.

A sociedade clama por maior segurança pública, geração de empregos, redução de impostos, eficiência e melhoria nos serviços.

Precisamos de ações que proporcionem crescimento, desenvolvimento e aumento da competitividade brasileira. Reformas estruturais, como tributária e previdenciária, são fundamentais para que o Brasil avance.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) estruturou uma ferramenta chamada "Previdenciômetro", que marca o quanto o país está deixando de economizar com a ausência da reforma previdenciária, com base na PEC 287/16.

Em nossas estimativas, a União deixa de economizar R\$ 1,8 milhões por hora, ou R\$ 6 bilhões desde julho de 2017. Este valor seria suficiente para construir 240 novos hospitais ou 95.204 novas moradias.

De acordo com projeções de nossa área econômica, a ausência de reformas levará o aumento do percentual das despesas da União, ocupado por gastos previdenciários, de 55% em 2017, para 82% em 2026. Um cenário como esse inviabiliza qualquer país.

Para que propostas sejam reconhecidas como legítimas e bem fundamentadas deve ser estimulado o diálogo com representantes dos diferentes setores da sociedade civil.

Reconhecemos a importância do Congresso Nacional para definição de projetos e leis que definirão os rumos do Brasil.

O setor industrial, representado pela CNI, federações de indústrias e associações setoriais tem atuado de forma propositiva junto ao Congresso Nacional, por meio da Agenda Legislativa da Indústria, que em 2019 será lançada em sua 24ª edição. A Agenda é um instrumento de diálogo e tem sido muito bem recebida pelos parlamentares, pois transmite o sentimento do que a indústria espera de melhor para o Brasil e todos os brasileiros.

O momento é apropriado para apresentação das propostas, sendo importante o envolvimento, engajamento e união para haja avanço e dias melhores. É preciso deixar vaidades, conflitos de interesses, ideologias e partidarismos.

Estamos todos no mesmo barco, sendo importante torcermos e trabalharmos para que seja o início de um novo ciclo de crescimento, geração de emprego e renda, que as

autoridades e poderes constituídos sejam exitosos e gerem resultados positivos para toda a sociedade.

Paulo Afonso Ferreira - é vice-presidente da CNI e presidente do [Conselho de Assuntos Legislativos \(CAL/CNI\)](#)

Bolsonaro entregará pessoalmente proposta de reforma na quarta-feira, diz Marinho

19/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 18-02-2019)

O secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, afirmou nesta segunda-feira, 18, que o presidente da República, Jair Bolsonaro, vai entregar pessoalmente a proposta de reforma da Previdência ao Congresso Nacional na quarta-feira, 20. "Pari passu", haverá entrevista coletiva para detalhar os pontos do texto. Marinho não informou o horário da entrevista nem quem estará presente.

O secretário deixou no período da tarde desta segunda-feira a sede do Ministério da Economia, onde se reuniu com o ministro Paulo Guedes.

Questionado sobre a articulação política para a aprovação da reforma, Marinho respondeu: "Isso é com o Onyx", numa referência ao ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

O secretário especial tem tido reuniões com diversos parlamentares nas últimas semanas, de acordo com sua agenda.

Reforma trabalhista eleva procura por seguro contra danos morais

19/02/2019 – Fonte: Alfonsin Advogados (publicado por Valor Econômico)



Vinicius Mercado, da AIG Seguros: com a reforma trabalhista, tendência é que as reclamações tenham mais materialidade, mais provas

Apesar de a Justiça do Trabalho ter registrado uma queda de 35% no volume de novos processos com a entrada em vigor da lei da reforma (nº 13.467, de 2017), cresceu a procura pelo chamado seguro de responsabilidade civil contra práticas trabalhistas indevidas, contratado por empresas para cobrir indenizações por danos morais. O motivo é o fato de as ações dos trabalhadores estarem mais bem fundamentadas, o que eleva o risco para os empregadores.

Com a reforma, trabalhadores e advogados ficaram mais cautelosos, para evitar o pagamento de honorários de sucumbência (pagos pela parte que perdeu ao vencedor). Antes, não havia essa previsão. A mudança fez com que o número de ações despencasse. Em 2018, foram ajuizados 1,7 milhão de processos nas varas do trabalho. No ano anterior, 2,6 milhões.

O novo cenário levou as empresas a buscar esse tipo de seguro, que já existe há mais de uma década no Brasil. Até então, havia pouca demanda, basicamente de multinacionais, devido aos baixos valores das indenizações em comparação com outros países. Agora, com a reforma, os danos morais e existenciais ganharam regras

e uma tabela, com base na remuneração das vítimas. Varia de três a cinquenta vezes o valor do último salário. Nos Estados Unidos, os processos atingem centenas de milhares de dólares.

As apólices protegem as empresas de pedidos de indenização por atos ilícitos de colaboradores praticados no ambiente de trabalho que tratam de dano moral – entre eles o assédio moral, sexual e condutas discriminatórias (gênero, raça, religião e condição física), além de injúria, calúnia e difamação ou invasão de privacidade. Dano moral é o quarto assunto mais recorrente no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Até 31 de dezembro do ano passado, havia 24.362 processos em busca de indenizações.

Na AIG Seguros, a demanda por esse tipo de seguro aumentou em cerca de 30% desde o segundo semestre de 2018, segundo Vinicius Mercado, subscritor de linhas financeiras da companhia. "A reforma trabalhista reduziu o número de ações. Até porque há a questão da sucumbência. Mas a tendência é que essas reclamações tenham mais materialidade, mais provas", afirma. Para ele, "a reforma empoderou pessoas a entrar com reclamações com mais consistência".

A tendência, na opinião de Mercado, é que esses novos processos gerem indenizações de valores maiores por estarem melhor fundamentados. De acordo com ele, a demanda "surpreendeu", não só por parte de grandes empresas, mas por médias companhias que estão mais preocupadas e conscientes da sua exposição ao risco.

O que também tem incentivado a demanda, acrescenta Mercado, é a maior divulgação pela mídia de casos internacionais de assédio sexual e moral, principalmente em emissoras de televisão, cinema e entretenimento. "Esses casos deram mais visibilidade. Empresas de qualquer ramo estão expostas a riscos", diz.

Fernando Saccon, head de linhas financeiras da Zurich, afirma que também foi mais procurado por empresas após esses casos virem à tona. "Isso nos trouxe algumas discussões com relação a riscos e processos no Brasil", diz. Já com relação à reforma trabalhista, o que contribui ainda é o fato de as indenizações estarem tabeladas, o que, segundo Saccon, pode auxiliar empresas e seguradoras a fazer avaliações de risco. "As empresas têm um raciocínio mais objetivo para calcular sua exposição e definir suas necessidades."

Na Willis Towers Watson Brasil, segundo Alvaro Igrejas, head de linhas financeiras, garantia e crédito, o aumento na demanda foi de cerca de 50%. "Ainda não vimos um reflexo da reforma trabalhista, mas uma maior conscientização de riscos por parte das empresas", diz o executivo.

Ao contratar o seguro, a empresa precisa preencher um questionário para análise completa do risco, com informações do número de colaboradores, ramo de atividade e informações sobre políticas de recursos humanos, e entregar cópia do código de ética ou manual de conduta. A apólice cobre todas as reclamações com notificação no ano em que está em vigor.

Para Leandro Dantas, especialista em linhas financeiras da Aon Brasil, como a lei da reforma trabalhista ainda é muito recente, é cedo para dizer sobre impactos na contratação de novos seguros contra práticas trabalhistas indevidas. Hoje, segundo ele, o principal entrave para a contratação de novas apólices é o valor franquia, geralmente alto.

Em geral, os valores variam entre 10% e 15% do valor do dano moral alegado, com um mínimo de R\$ 50 mil para ações individuais e de R\$ 100 mil a R\$ 200 mil para ações coletivas. "As empresas ficam interessadas no produto. Mas ao analisarem a franquia, acham que não compensa", afirma Dantas.

Além do seguro contra danos morais, segundo o advogado trabalhista Daniel Chiode, do escritório Chiode Minicucci Advogados, algumas seguradoras americanas também têm oferecido a multinacionais no Brasil a cobertura de problemas que podem ser gerados por pontos polêmicos da reforma, como a terceirização ampla, que já foi admitida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). "Nós ajudamos alguns clientes a fazer a análise de riscos em alguns casos", diz.

Maia quer testar apoio da base à reforma

19/02/2019 – Fonte: Isto É Dinheiro

Com objetivo de medir o apoio dos deputados à proposta de reforma da Previdência de Jair Bolsonaro, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), incluiu na pauta de votação desta semana o projeto que permite os Estados transformar as dívidas que têm a receber em títulos. Por meio de uma operação conhecida como securitização, esses papéis são oferecidos ao mercado financeiro para antecipação de recursos.

O projeto funciona como uma fonte nova de receitas e faz parte do pacote de cinco medidas de socorro aos Estados que Maia articula como moeda de troca com os governadores na votação da reforma. Os governadores querem segurança jurídica a projetos de securitização já aprovados nos seus Estados.

A votação serviria como um "termômetro" do apoio da base do governo. O projeto de securitização exige quórum qualificado de 257 votos favoráveis para ser aprovado. Já a PEC precisa de 308 votos, em dois turnos.

A estratégia de Maia é dar início à votação e depois segurar a análise de sugestões ao texto (os chamados destaques) até que haja o avanço da reforma na comissão especial que será criada para analisar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Previdência. O que Maia quer fazer é atrelar as votações de interesse dos Estados à tramitação da reforma.

A proposta do presidente Jair Bolsonaro chega nessa quarta-feira, quando o texto final será apresentado ao Congresso, com a articulação política ainda muito desorganizada, na avaliação de lideranças da base do governo. A crise que levou à demissão do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gustavo Bebianno, contribuiu para trazer mais fragilidade à base.

Dificuldades. Mudanças na aposentadoria rural, prazo de transição mais curto e aperto na concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas com deficiência de baixa renda são pontos de alta resistência na Câmara. Uma corrente também se mobiliza para reduzir de 62 para 60 anos a idade mínima para aposentadoria das mulheres, segundo apurou o Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado.

A idade mínima de 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens) e transição de 10 anos (homens) e 12 anos (mulheres) foram decididas pelo presidente Jair Bolsonaro na semana passada. Há resistência antecipada também a "penduricalhos" que podem ser incluídos na proposta pela equipe econômica e que não estão diretamente relacionados à Previdência. O grande contingente de deputados ligados às forças militares (cerca de 70), que defendem aposentadoria especial, também é força de pressão que já está em forte articulação nos bastidores.

O mapeamento das resistências na Câmara já começou a ser feito de forma informal, mas tem servido de alerta para as lideranças partidárias que, nos bastidores, se mobilizam para ter posição de destaque no debate que será travado na comissão.

O atraso na formação da articulação política tem causado desconforto porque lideranças do Congresso avaliam que o governo está dividido em relação à proposta e

veem risco até mesmo de a proposta não chegar amarrada como resultado de um amplo consenso entre Bolsonaro, a ala política do governo e a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes.

A demora de escolha de vice-líderes na Câmara é outro fator de preocupação. O diagnóstico é de que a PEC vai chegar ao Congresso sem um negociador oficial e que o governo dá sinais de que vai para a batalha da Previdência com um pequeno grupamento e não com uma força para enfrentar uma guerra campal que exige grande articulação e poder de negociação.

Fux mantém julgamentos de adicional de 25% a aposentados

19/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Justiça não vai interromper pedidos para quem precisa de assistência

A Justiça não vai interromper os julgamentos de pedidos de adicional de 25% sobre o salário de aposentados que precisam da assistência de outras pessoas, decidiu o ministro Luiz Fux, do STF (Supremo Tribunal Federal).

O pedido de suspensão dos julgamentos havia sido apresentado pela AGU (Advocacia-Geral da União), na tentativa de impedir a aplicação de determinação do STJ (Superior Tribunal de Justiça) que, em agosto do ano passado, reconheceu o direito ao adicional para todos os aposentados que comprovem incapacidade.

De acordo com a legislação vigente, apenas aposentados por invalidez que dependem de terceiros têm direito à bonificação. A regra é questionada, porém, por beneficiários que ficaram incapazes após a aposentadoria.

O efeito esperado para a decisão de Fux é que processos parados no Judiciário possam voltar a andar, explica a diretora de atuação judicial do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), Gisele Kravchychyn. "Advogados de aposentados devem apresentar petições com a decisão do ministro Luiz Fux, porque muitos juízes aguardavam uma manifestação do STF antes de reconhecer o direito ao adicional", disse.

Aos aposentados interessados em ingressar na Justiça para pedir o adicional, cabe ponderar que a discussão sobre o direito não está completamente encerrada.

Apesar de ter negado a suspensão, Fux não tratou do direito ao adicional, discussão que somente poderá ser debatida pelo Supremo caso a corte mude de posição e passe a tratar essa matéria como sendo constitucional.

Ao manifestar-se sobre o tema em 2011, o STF avaliou que a discussão era infraconstitucional, ou seja, estava abaixo da Constituição.

Caso o STF mantenha sua posição, o direito ao bônus estará garantido pela decisão do STJ, mas apenas para os beneficiários que o exigirem por meio de ação judicial. O pagamento para pedidos apresentados diretamente ao INSS dependerá de outro procedimento legal, como o julgamento de uma ação civil pública determinando o cumprimento do direito de forma administrativa.

Neste momento, a 8ª Vara Previdenciária de São Paulo analisa uma ação civil pública movida pela Centrape (Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas) para que o bônus seja pago pela via administrativa.

A Advocacia-Geral da União, responsável por representar o INSS na Justiça, informou não ter sido formalmente notificada da decisão de Fux. "Contudo, o órgão informa que apresentará os recursos adequados para impugnar a decisão. Cabe acrescentar que

não foram exauridos todos os instrumentos processuais cabíveis em relação ao tema”, comunicou, por meio de nota.

A AGU alega que uma decisão favorável aos aposentados teria impacto de R\$ 5 bilhões nas contas públicas. O valor apresentado pelo governo é contestado por entidades que representam os aposentados, pois o consideram superestimado.

Em um mês, Paraná abre mais de 16 mil novas empresas

19/02/2019 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 18-02-2019)

Ao longo do mês de janeiro, o Paraná viu abrirem 16.168 novos negócios. Os dados são do Empresômetro, empresa brasileira de inteligência de negócios, que identificou a abertura de mais de 259 mil empresas em todo o País no período. O Paraná aparece em quarto lugar no ranking de estados com mais empresas abertas, atrás apenas de São Paulo (76.775), Minas Gerais (30.643) e Rio de Janeiro (26.034).

No Paraná segue liderando o comércio de vestuário, com 913 estabelecimentos abertos só no mês de janeiro de 2019. “O Paraná é um estado muito ligado ao setor têxtil e, a exemplo de anos anteriores, segue a tendência de investir em lojas de vestuário e acessórios”, pontua o diretor do Empresômetro, Otávio Amaral.

Segundo Amaral, a abertura de novos negócios tem a ver com a mudança de perfil do cidadão. “Há uma mudança da postura do brasileiro quanto ao emprego e o risco de se tornar um empresário. Hoje são outros os objetivos de uma pessoa, entre eles o de obter uma renda melhor trabalhando com o que sabe fazer, ou seja, o comportamento de poucos anos atrás, hoje é uma tendência”.

Ranking de Estados - os dez mais

São Paulo 76.775

Minas Gerais 30.643

Rio de Janeiro 26.034

Paraná 16.168

Rio Grande do Sul 15.053

Bahia 13.397

Santa Catarina 10.859

Goiás 9.942

Pernambuco 7.976

Ceará 7.568

País fecha janeiro com quase 260 mil novas empresas

19/02/2019 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 18-02-2019)



O Empresômetro, empresa brasileira de inteligência de negócios, identificou a abertura de mais de 259 mil empresas, somente no mês de janeiro deste ano.

Apenas no estado de São Paulo foram mais de 76 mil novos negócios, com o setor de cabeleireiros em primeiro lugar, com mais de 5,2 mil empresas formalizadas, comércio de roupas em segundo, com 3,2 mil e promoção de vendas em terceiro lugar.

"O estado de São Paulo, por ter uma economia de destaque e uma população em números vultosos, é previsível que tenha os maiores índices de abertura de empresas", explica o diretor do Empresômetro, Otávio Amaral.

Pelos dados fornecidos é possível ver que o comércio varejista cresce, mas o atacadista e os fabricantes estão estagnados, fruto de alta carga tributária, meios de produção automatizados e facilidade de importação de insumos e produtos prontos.

Em Minas Gerais e Rio de Janeiro o cenário é o mesmo, enquanto o varejo cresce, atacado e produção se mantêm. No estado mineiro foram abertas mais de 30 mil empresas e no estado fluminense pouco mais de 26 mil novos empreendimentos.

Segundo Amaral, a abertura de novos negócios tem a ver com a mudança de perfil do cidadão. "Há uma mudança da postura do brasileiro quanto ao emprego e o risco de se tornar um empresário. Hoje são outros os objetivos de uma pessoa, entre eles o de obter uma renda melhor trabalhando com o que sabe fazer, ou seja, o comportamento de poucos anos atrás, hoje é uma tendência".

Já no Paraná, o estado em quarto lugar no ranking, segue liderando o comércio de vestuário, com 913 estabelecimentos abertos só no mês de janeiro de 2019. "O Paraná é um estado muito ligado ao setor têxtil e, a exemplo de anos anteriores, segue a tendência de investir em lojas de vestuário e acessórios", pontua Amaral.

Veja abaixo os números por estado:

SAO PAULO	76.775
MINAS GERAIS	30.643
RIO DE JANEIRO	26.034
PARANA	16.168
RIO GRANDE DO SUL	15.053
BAHIA	13.397
SANTA CATARINA	10.859
GOIAS	9.942
PERNAMBUCO	7.976
CEARA	7.568
ESPIRITO SANTO	5.851
PARA	4.912
MATO GROSSO	4.719
DISTRITO FEDERAL	4.604
PARAIBA	3.473
MATO GROSSO DO SUL	3.421
RIO GRANDE DO NORTE	3.077
MARANHAO	2.923
ALAGOAS	2.193
AMAZONAS	2.158
PIAUI	1.955
TOCANTINS	1.711
SERGIPE	1.669
RONDONIA	1.567
ACRE	487
AMAPA	373
RORAIMA	372

Programa potencializa a internacionalização de startups brasileiras

19/02/2019 – Fonte: PEGN (publicado em 18-02-2019)



15 startups participarão de uma imersão em ecossistemas estrangeiras. (Foto: Reprodução)

StartOut Brasil é um programa de apoio à inserção de startups brasileiras nos mais promissores ecossistemas de inovação do mundo. Até 20 startups com potencial de internacionalização são selecionadas e têm acesso, gratuitamente, a uma ampla programação.

A iniciativa acumula números positivos e, de outubro de 2017 a dezembro de 2018, já contou com 56 participantes. Cinco ecossistemas - Lisboa, Miami, Berlim, Paris e Buenos Aires -, receberam os empreendedores brasileiros, facilitando 18 parcerias e gerando US\$ 31,7 milhões em expectativa de negócios, em um prazo de seis meses.

Em 2019, o programa irá desembarcar em Toronto – que receberá o programa no 2º trimestre, Londres – 3º trimestre, Xangai – 4º trimestre e Santiago, a primeira cidade a ser visitada.

O ciclo que acontecerá na capital do Chile será realizado de 24 a 29 de maio. Foram selecionadas 15 startups que nunca participaram ou participaram de apenas um ciclo do StartOut Brasil e até 5 startups classificadas como graduada, ou seja, que participaram de dois ou mais ciclos.

Durante as missões de imersão nos ecossistemas estrangeiros, os empreendedores têm a chance de aprimorar os conhecimentos adquiridos na fase de preparação e ainda terão a oportunidade de conectar-se com alguns dos principais players locais e prospectar negócios.

As startups selecionadas terão acesso gratuitamente a consultoria especializada em internacionalização, mentoria com especialistas no mercado de destino e treinamento de pitch, participação em missão com agenda voltada à prospecção de clientes e investidores e conexão a ambientes de inovação, com visitas a aceleradoras, incubadoras e empresas locais.

Fernanda Checchinato, doutora em engenharia química, CEO e fundadora da Aya Tech, é uma das empreendedoras que participou do programa. A Aya Tech é uma empresa 100% nacional de nanotecnologia, fabricante de acabamento têxtil que torna o tecido inteligente, protegendo o usuário contra insetos, atuando também como impermeabilizante além de bactericida e fungicida.

A startup participou do ciclo Paris, em 2017, e Miami, em 2018. “Em Paris, buscamos informações sobre a legislação do país para saber como legalizar o produto. Na França, financeiramente, seria inviável, mas, durante o processo, conhecemos uma aceleradora da prefeitura local que auxiliou na evolução da empresa. Em Miami, legalizar é mais acessível, já temos parceiros que estão testando a Aya Tech”, conta a CEO.

Neste ano, Fernanda também vai participar do ciclo Santiago. “Queremos ver se na América do Sul é mais fácil a introdução e legalização do produto”.

O StartOut Brasil é uma iniciativa conjunta dos ministérios da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e das Relações Exteriores (MRE), Sebrae, Apex-Brasil e Anprotec.

Artigo: Briga de gente grande

19/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 18-02-2019)

Investidor se beneficia de forte concorrência entre instituições participantes do mercado

Há alguns meses, os investidores do Tesouro Direto vêm se beneficiando da isenção da cobrança de taxa de administração até então praticada pelas grandes instituições financeiras. Elas foram pressionadas a rever sua política em razão da concorrência de corretoras independentes que isentavam os clientes do pagamento dessa taxa. Bendita concorrência!

Tive a oportunidade de escrever sobre como elas ganham dinheiro na coluna “Tesouro Direto de graça?”. Elas não cobram nada de seus clientes, mas são remuneradas com o repasse de parte da taxa de custódia cobrada pela B3.

O investidor do Tesouro Direto beneficiou-se mais uma vez, desta vez com a redução da taxa de custódia cobrada pela B3, de 0,30% para 0,25% ao ano. Essa política pressiona ainda mais a indústria de fundos de investimento a rever os custos para manter competitividade em relação ao Tesouro Direto.



Investidor do Tesouro Direto beneficiou-se com a redução da taxa de custódia cobrada pela B3, de 0,30% para 0,25% ao ano - Maestro Enterprise

Um banco digital lançou um fundo de renda fixa DI, que investe exclusivamente em título público federal, a Letra Financeira do Tesouro, ou a Tesouro Selic, como é conhecida no Tesouro Direto. O administrador desse fundo, que já cobrava taxa de administração de 0,10% ao ano, reduziu a taxa para 0,09%, acirrando ainda mais a competição entre os grandes.

Convenhamos que um fundo DI, sem risco de crédito na composição da carteira, com liquidez diária e custo equivalente a um terço do do Tesouro Direto, é uma alternativa que o investidor não pode ignorar e que certamente forçará os concorrentes a novos movimentos que tendem a ampliar a quantidade de investidores beneficiados por essa saudável competição.

Esse nível de taxa de administração, desde que o fundo tenha determinado montante de patrimônio, é suficiente para pagar a conta das despesas de abrir e manter um fundo aberto. Ora, sabemos que não existe almoço grátis no mercado, então como a instituição ganha dinheiro?

Nesse fundo especificamente, o ganho vem do descolamento entre a taxa Selic e a taxa DI, atualmente no patamar de 0,10%. Se o fundo recebe 100% da taxa Selic

(6,50%) e repassa para o cotista do fundo 100% da taxa DI (6,40%), o administrador fica com uma receita adicional de 0,10%.

Outra gigante do setor já havia criado, há tempos, um fundo com taxa inferior à taxa de custódia cobrada pela B3, competindo de frente com o Tesouro Direto. Agora, pressionada pelo concorrente, reduziu a taxa do fundo para 0,08% ao ano.

Os fundos com taxa mínima de administração foram criados para competir com o Tesouro Direto. O Tesouro, por sua vez, reduziu a taxa de custódia para não se afastar demais dos novos fundos. O grande beneficiado por essa guerra de preços (custos) é o investidor.

Os grandes investidores, que muitas vezes não conseguem investir via Tesouro Direto em razão do valor de aplicação limitado a R\$ 1 milhão por mês, encontram uma alternativa interessante nas tesourarias dos grandes bancos que vendem títulos de suas carteiras, sem cobrar pela custódia própria.

Como o banco ganha dinheiro, nesse caso? Cobrando um spread, pagando ao cliente uma taxa inferior à de aquisição. Exemplificando, compra uma NTN-B por 5,50% e vende por 5,35%, ganhando um spread de 0,15%.

Quanto maior a quantidade de participantes do mercado, melhor para o consumidor. A presença de vários players assegura uma saudável competição na disputa pelo cliente final, figura essencial para o negócio e sua lucratividade.

Tomara que uma onda semelhante aconteça no ainda caríssimo mercado de crédito...

Marcia Dessen - Planejadora financeira CFP ("Certified Financial Planner"), autora de "Finanças Pessoais: O Que Fazer com Meu Dinheiro".

Artigo: "O sindicato negocia pela categoria toda"

19/02/2019 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 18-02-2019)

A lei é clara ao determinar que os direitos e benefícios conquistados pelos sindicatos nas negociações devem ser aplicados a toda a categoria

Recentemente, tivemos notícia de que o Ministério Público do Trabalho de São Paulo arquivou duas denúncias anônimas contra o Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo (SINDPD-SP), que adotou um modelo peculiar de oposição ao sindicato: na carta em que os trabalhadores se negam a fazer contribuições à entidade sindical, ao mesmo tempo têm de renunciar aos direitos constantes nas negociações feitas por ela.

A posição adotada pelo SINDPD tem sido fortemente defendida após a reforma trabalhista ter acabado com a obrigatoriedade do imposto sindical e definido que a contribuição somente poderá ocorrer com a manifestação do trabalhador, o que foi confirmado pelo STF.

O Brasil adota o sistema da unicidade sindical, ou seja, somente pode existir um sindicato por categoria

Há uma lógica na ideia de atrelar contribuição a conquistas; afinal, o sindicato é quem faz todo o trabalho de negociar pela categoria, lembrando que algumas negociações são difíceis e conquistam bons benefícios. Se ninguém quiser contribuir para a manutenção da entidade sindical, ela teria "trabalhado de graça". É o mesmo que atuar como vendedor, fazer as vendas e não ganhar nada pelo trabalho. Seja em um caso ou outro, é justo imaginar que aquele que teve todo o trabalho deve receber uma remuneração pelo resultado que obteve.

No entanto, mesmo podendo se enxergar alguma lógica na proposta, ela é ilegal. A Constituição Federal fixa, no inciso II do artigo 8.º, que o Brasil adota o sistema da unicidade sindical, ou seja, somente pode existir um sindicato por categoria na mesma base territorial. Isso significa que o trabalhador não pode escolher qual será o sindicato que o representa, pois terá um, e apenas um, que poderá ser seu representante.

O mesmo artigo da Constituição, no inciso III, fixa também que o sindicato representará a categoria, não apenas seus associados. O inciso VI ainda determina que é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas. Enfim, somente o sindicato pode fazer a negociação coletiva, atuando por toda a categoria da base territorial que representa.

O artigo 611 da CLT é taxativo ao afirmar que os instrumentos de negociação coletiva, sejam as convenções ou acordos coletivos do trabalho, são aplicados nos âmbitos das respectivas representações dos sindicatos, ou seja, devem ser aplicáveis a toda a categoria representada na negociação.

Portanto, a lei é clara ao determinar que os direitos e benefícios conquistados pelos sindicatos nas negociações devem ser aplicados a toda a categoria, não podendo ser limitada apenas aos associados ou contribuintes do sindicato.

A postura adotada pelo SINDPD-SP e chancelada pelo MPT é ilegal, além de colocar o trabalhador como refém. Com este posicionamento o trabalhador, que tem o seu direito de escolher se contribui ou não para o sindicato, estaria obrigado a pagar para ser beneficiário dos direitos que, por disposição legal, deve receber independentemente de qualquer contribuição.

Se por um lado é verdade que querer se beneficiar de direitos conquistados na negociação sem remunerar quem teve todo o trabalho é semelhante a assumir a “Lei de Gérson” – poder levar vantagem com o menor custo –, por outro também é verdade que forçar o trabalhador a contribuir sob pena de não receber os direitos, quando a lei determina o contrário, é semelhante à extorsão.

Falta, neste momento, equilíbrio – dos dois lados.

André Luiz de Oliveira Brandalise - é advogado especialista em Direito Trabalhista Patronal, professor de Direito e negociador sindical."

Descubra qual decisão focar para elevar o retorno de seu portfólio

19/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 17-02-2019)



A maioria dos investidores, quando deseja elevar a rentabilidade de sua carteira, despende tempo e energia exatamente nos dois fatores que menos justificam seu desempenho de longo prazo, e elevam o risco da carteira acima do que deveriam. Eles são atraídos por expectativas irreais e desconhecem em que seu esforço produziria mais resultados.

Em 1986, Brinson, Hood e Beebower divulgaram uma pesquisa respondendo à pergunta: qual decisão de investimento provoca maior impacto na variabilidade do retorno dos investimentos de fundos de pensão? Este estudo se tornou referência sobre o assunto nas últimas três décadas.

O retorno de uma carteira pode ser atribuído principalmente a três fatores: alocação estratégica, alocação tática e seleção de ativos. O primeiro representa a distribuição alvo entre as classes de ativos – renda fixa, ações, fundos multimercados, imóveis e outros – que atende aos objetivos de retorno e risco do investidor.

A alocação tática são os desvios que o investidor faz à alocação estratégica. Ela está relacionada ao chamado *market timing*, ou seja, a habilidade de antecipar os movimentos do mercado e alterar temporariamente o balanceamento de longo prazo para aproveitar alguma oportunidade que tenha surgido.

O terceiro fator, que explica o retorno do portfólio, está representado pelo ganho proveniente da escolha certa dos ativos dentro das classes de ativos mencionadas acima. Por exemplo, suponha que sua alocação estratégica tenha sido de vinte por cento em bolsa. A seleção de ativos retrata os resultados adicionais na escolha das ações para compor a participação em relação ao Ibovespa.

O estudo inicial de Brinson et al (1986) mostrou que 93,6% da variabilidade dos retornos é explicada pela alocação estratégica, 4,2% pela seleção dos ativos e o restante pela alocação tática. Resultados similares a estes foram corroborados pelos mesmos autores em uma atualização realizada em 1991.

Das três decisões, em quais você imagina que os investidores se preocupam mais quando pensam em seus investimentos?

Mais recentemente, em 2005, a equipe de serviços a clientes *private* do banco Wells Fargo expandiu a pesquisa de Brinson et al (1986). O Wells Fargo é o segundo maior banco do mundo em valor de mercado (USD\$ 226 bilhões) e o quarto maior nos EUA quando considerado o valor dos ativos (USD\$ 1,9 trilhões).

Hoernemann, Junkans e Zarate, pesquisadores do Wells Fargo, realizaram uma pesquisa mais completa tanto em relação ao período dos dados utilizados, quanto em relação as possibilidades de diversificação nos ativos. Eles encontraram que, em média, 78% da variabilidade dos retornos é explicada pela alocação estratégica, 10% pela seleção dos ativos e 6% pela alocação tática.

Portanto, novamente sustentando a importância da alocação estratégica como principal decisão para explicar a variabilidade dos retornos. A tabela abaixo resume a proporção da variabilidade dos retornos que a alocação estratégica explica.

Pesquisa	Percentual
Brinson et al (1986)	93,6%
Brinson et al (1991)	91,5%
Ibbotson e Kaplan (2000)	88,0%
Wells Fargo (2005)	77,5%

Proporção da variabilidade dos retornos de longo prazo que é explicada pela decisão de alocação estratégica.

Os investidores perdem muito tempo buscando em textos e vídeos, na internet, qual ação deve apresentar melhor desempenho e se a bolsa vai subir ou cair no curtíssimo prazo. No entanto, isso, em média, só representa 16% da variabilidade de seus retornos de longo prazo.

Sem dúvida, a seleção dos ativos e tentar antecipar os movimentos do mercado – alocação tática – são importantes decisões no processo de investimento e 16% não é um número desprezível. Entretanto, para a rentabilidade no longo prazo, muito mais atenção deveria ser destinada à primeira decisão, ou seja, para a alocação estratégica.

Michael Viriato é professor de finanças do Inspere e sócio fundador da Casa do Investidor.

Aneel deverá endurecer fiscalização a mercado livre de energia após crise

19/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 18-02-2019)

Medidas vêm após duas comercializadoras declararem que não cumprirão parte de contratos

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) deverá tomar medidas para ampliar a fiscalização no mercado livre de energia, no qual grandes consumidores elétricos compram diretamente de geradores e comercializadoras, afirmou à **Folha** o diretor-geral do órgão, André Pepitone.

As ações ocorrem após dois incidentes que abalaram o mercado: ao menos duas comercializadoras (empresas que compram e vendem energia) firmaram um grande volume de vendas futuras de energia e, agora, não possuem nem recursos nem energia suficiente para entregar a seus clientes.

As empresas foram pegas de surpresa por uma disparada nos preços de energia desde o fim do ano passado.



Diretor-geral da Aneel, André Pepitone - Aloisio Mauricio /Fotoarena/Folhapress
Uma dessas companhias, a Vega Energy, teria uma exposição de ao menos R\$ 180 milhões junto a 50 empresas. Outra comercializadora, a Linkx, também alertou recentemente alguns clientes que não cumprirá contratos de entrega de energia.

O cenário preocupa porque, se estendido a outros agentes do mercado, poderia abalar o fornecimento de energia de grandes companhias, que têm contratos bilaterais para seu abastecimento elétrico ao contrário dos consumidores residenciais, que recebem das distribuidoras de energia.

Como resposta à crise, a Aneel deverá exigir que a contabilização da energia e o depósito de garantias pelas empresas seja feito semanalmente, e não mais uma vez ao mês, como é feito hoje.

As operações de compra e venda de energia são contabilizadas na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) —que, nos últimos dias, restringiu o registro de novos contratos das comercializadoras afetadas.

A ideia é ampliar o controle e trazer mais segurança ao sistema elétrico, segundo Pepitone. "Se eu avaliar que uma empresa dessa vai dar um default milionário, eu consigo desidratar o problema [antes]. Precisamos tornar saudável o ambiente bilateral."

Além disso, a agência deverá exigir que todas as comercializadoras façam auditoria externa de seus balanços.

"Entendemos que essas medidas deveriam ser adotadas de imediato, mas exige algumas alterações operacionais, então entendemos como razoável que ocorra em 1º de janeiro de 2020", disse Pepitone.

Outra medida, ainda em avaliação, é exigir que os contratos sejam registrados na CCEE antes da transação e não depois, como é feito hoje.

A agência também estuda exigir que as transações que ocorrem na BBCE (Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia) sejam também registradas na CCEE.

"Estamos avaliando se não seria mais eficaz exigir o registro desses contratos ex-ante", afirmou.

OMC alerta para desaceleração do comércio global com indicador atingindo menor nível em 9 anos

19/02/2019 – Fonte: DCI

O indicador antecedente trimestral sobre o comércio mundial de mercadorias caiu para seu menor nível em nove anos nesta terça-feira, o que deve colocar as autoridades em alerta para uma desaceleração mais acentuada caso as tensões comerciais continuem, disse a Organização Mundial do Comércio nesta terça-feira.

O indicador de perspectivas trimestrais da OMC, que é composto por sete guias do comércio, mostrou uma leitura de 96,3, a mais fraca desde março de 2010, ante 98,6 em novembro. Uma leitura abaixo de 100 sinaliza crescimento do comércio abaixo da tendência.

"Essa perda sustentada da força destaca a urgência de reduzir as tensões comerciais, que, juntamente com os riscos políticos contínuos e a volatilidade financeira, podem anteceder uma desaceleração econômica mais ampla", disse a OMC em comunicado.

A OMC previu em setembro do ano passado que o crescimento do comércio mundial diminuiria para 3,7 por cento em 2019, ante 3,9 por cento estimados em 2018, mas disse que pode haver uma desaceleração mais acentuada ou uma recuperação dependendo dos desenvolvimentos políticos.

O indicador trimestral é baseado no volume de comércio de mercadorias no trimestre anterior, pedidos de exportação, frete aéreo internacional, taxa de transferência do porto de contêineres, produção e venda de automóveis, componentes eletrônicos e matérias-primas agrícolas.

Ibovespa fecha em queda em dia de exercício de opções com ruído político e sem NY

19/02/2019 – Fonte: DCI (publicado em 18-02-2019)

Índice caiu 1,04%, a 96.509,89 pontos; volume financeiro da sessão somou R\$ 17,9 bilhões



Queda ocorre após o Ibovespa ter acumulado alta de mais de 2% na semana passada

O principal índice da bolsa paulista fechou em queda nesta segunda-feira, marcada pelo vencimento dos contratos de opções sobre ações, com ruídos na cena política e menor liquidez pela ausência de Wall Street.

O Ibovespa caiu 1,04 por cento, a 96.509,89 pontos. O volume financeiro da sessão somou 17,9 bilhões de reais, já incluído o giro do exercício, de 7,68 bilhões de reais. A queda ocorre após o Ibovespa ter acumulado alta de mais de 2 por cento na semana passada.

Nos Estados Unidos, o mercado acionário esteve fechado em razão do Dia do Presidente.

Em meio a expectativas para o envio da amplamente esperada reforma da Previdência ao Congresso nesta semana, esteve no radar o imbróglio com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gustavo Bebianno.

Bebianno, que foi presidente do PSL, partido do presidente Jair Bolsonaro, entrou em processo de fritura no governo, após denúncias de que seu partido usou candidatos laranja a deputado para acessar recursos públicos de financiamento de campanha.

Para a equipe da Coinvalores, a crise envolvendo Bebianno pode atrapalhar o rali relacionado às expectativas sobre a reforma da Previdência, "com o 'sai, não sai' e o 'falou, não falou' dos últimos dias".

A equipe técnica do Itaú BBA destacou que o Ibovespa precisa superar os 98.600 pontos para ganhar força no movimento de alta rumo aos 105 mil pontos, conforme relatório a clientes.

Monitor do PIB aponta para alta de 1,1% em 2018, um 'ano perdido', segundo a FGV

19/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 1,1% no ano de 2018, segundo o Monitor do PIB, apurado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). Segundo a FGV, o resultado decepcionou e a constatação é de que "foi um ano perdido".

"A economia brasileira cresceu 1,1% em 2018, mesmo crescimento apresentado no ano de 2017. O resultado é muito abaixo do previsto no início daquele ano. Este resultado é decepcionante quando se leva em consideração que ocorreu após dois anos consecutivos de forte retração econômica e de um crescimento com trajetória ascendente em 2017", avalia Claudio Considera, coordenador do Monitor do PIB -FGV, em nota.

Ainda de acordo com Considera, a economia não apresentou o mesmo fôlego de retomada em 2018 que teve em 2017 ficando praticamente estagnada no decorrer do ano. "A forte incerteza que permeou a economia, com destaque para a greve dos caminhoneiros e para o período eleitoral, influenciou muito nesse resultado. Foi um ano perdido", escreveu.

Apesar do baixo crescimento, pela ótica da demanda, todos os componentes avançaram em 2018. As exportações foram o único componente a apresentar crescimento menor do que o verificado em 2017. Pela ótica da oferta, apenas as atividades de construção (-2,4%) e serviços de informação (-0,1%) apresentaram retração em relação a 2017.

No quarto trimestre de 2018, o PIB ficou estagnado em relação ao terceiro trimestre (0,0%). Na comparação com o quarto trimestre de 2017, houve avanço de 1,0%. A indústria encolheu em ambas as comparações, ressaltou a FGV.

No mês de dezembro de 2018, o PIB teve uma queda de 0,4% em comparação a novembro. Em relação a dezembro de 2017, também houve recuo de 0,4%. A indústria também registrou perdas nas duas comparações, de -0,8% e -3,1%, respectivamente.

Na comparação com dezembro de 2017, além da indústria, também, houve quedas expressivas no comércio (-2,6%), na Formação Bruta de Capital Fixo (-1,8%) e nas importações (-6,8%). Em termos monetários, o PIB de 2018 totalizou R\$ 6,764 trilhões em valores correntes.

IGP-M sobe 0,55% na 2ª prévia de fevereiro, revela FGV

19/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) subiu 0,55% na segunda prévia de fevereiro, após ter recuado 0,01% na segunda prévia de janeiro. A informação foi divulgada nesta terça-feira, 19, pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Com o resultado, o índice acumulou elevação de 0,55% no ano de 2019 e avanço de 7,24% em 12 meses.

A FGV informou ainda os resultados dos três indicadores que compõem a segunda prévia do IGP-M de fevereiro. O IPA-M, que representa os preços no atacado, subiu 0,73%, ante um recuo de 0,26% na segunda prévia de janeiro.

O IPC-M, que corresponde à inflação no varejo, desacelerou para alta de 0,17% na prévia de fevereiro, depois de um avanço de 0,49% em igual leitura de janeiro. Já o INCC-M, que mensura o custo da construção, também teve aumento menor, de 0,29% na segunda prévia de fevereiro, depois da alta de 0,38% na segunda prévia de janeiro.

O IGP-M é usado para reajuste de contratos de aluguel. O período de coleta de preços para cálculo do índice foi de 21 de janeiro a 10 de fevereiro. No dado fechado do mês de janeiro, o IGP-M teve ligeira alta de 0,01%.

IPC-S desacelera em 6 das 7 capitais analisadas na 2ª quadrissemana de fevereiro

19/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor – Semanal (IPC-S) desacelerou em seis das sete capitais pesquisadas na segunda quadrissemana de fevereiro, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta terça-feira (19). A taxa caiu de 0,53% na primeira quadrissemana de fevereiro para 0,34% na segunda leitura deste mês.

No período, as capitais que mostraram decréscimo na variação foram: Salvador (de 0,33% para 0,12%), Brasília (de 0,21% para 0,03%), Belo Horizonte (de 0,81% para 0,60%), Rio de Janeiro (de 0,50% para 0,40%), Porto Alegre (de 0,23% para -0,09%) e São Paulo (de 0,83% para 0,61%).

Apenas Recife apresentou aceleração, com a taxa passando de 0,51% para 0,59%, segundo a FGV.

Alta em alimentação foi mais forte do que o previsto, diz Fipe

19/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 18-02-2019)

A expansão de 0,58% aferida pelo Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe) na segunda quadrissemana de fevereiro,

após elevação de 0,66% na primeira leitura do mês, teve como destaque uma variação mais intensa do que o esperado dos preços em Alimentação, apontou o economista Moacir Yabiku em conversa com o Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

No índice divulgado nesta segunda-feira, Alimentação teve alta de 0,94%. "A nossa previsão era de alta de 0,85%. Entre os grupos que compõem o IPC-Fipe, Alimentação foi o que ofereceu maior contribuição para a alta de 0,58%, com 0,2290 ponto porcentual", disse o economista.

Entre os itens alimentícios de maior variação, Yabiku destacou o Feijão, cuja taxa foi de 30,66%, e a Batata, com 18,80% de alta. "Na próxima semana, a variação do Feijão tende a ser ainda mais alta, O clima está sendo um fator de pressão sobre os preços, prejudica a produção de produtos alimentícios, seja por muita chuva ou seca."

A estimativa da Fipe para o resultado fechado do IPC em fevereiro foi ligeiramente revisada para cima, explicou Yabiku. "Estava em 0,41% e agora passou para 0,42% no fim do mês. Para a próxima quadrissemana, a expectativa é de alta de 0,46%, refletindo o alívio na taxa da tarifa de ônibus, que já atingiu o pico após os reajustes e começa a reduzir o efeito", explicou.

Para o ano, a Fipe estima alta de 3,58% para o IPC, por ora. "O comportamento dos preços está muito diferente em fevereiro deste ano na comparação com fevereiro do ano passado, que havia recuado 0,42%.

Março também deve ser mais forte, já que zerou no ano passado", lembrou. Yabiku. "Ainda estamos com 3,58%, mas há um viés de alta e a estimativa pode ficar próxima a 4,0%", disse.

Honda vai fechar fábrica no Reino Unido em 2022, diz parlamentar

19/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 18-02-2019)

De acordo com agência, serão fechadas 3.500 vagas de trabalho

A Honda deve anunciar o fechamento de sua única fábrica de carros na Inglaterra em 2022, o que vai resultar em corte de 3.500 empregos, disse um parlamentar à Reuters em mais um revés da indústria automotiva.

Em 2017, a Honda montou pouco mais de 160 mil veículos na fábrica de Swindon, no sul da Inglaterra. A planta produz os modelos Civic e CV-R, representando pouco mais de 10% da produção total britânica, de 1,52 milhão de carros.

A empresa vem enfrentando dificuldades na Europa nos últimos anos, e a indústria enfrenta uma série de desafios, entre os quais a queda na demanda por veículos a diesel e uma regulamentação mais rígida, além das incertezas sobre a saída do Reino Unido da União Europeia, prevista para o próximo mês.



Caminhão cegonha da Honda transporta carros produzidos na fábrica da Honda em Swindon, no Reino Unido - Eddie Keogh/Reuters

Justin Tomlinson, um parlamentar conservador de Swindon que votou no Brexit em 2016, disse que se encontrou com o ministro de negócios e representantes da Honda, que confirmaram os planos.

"Eles deveriam fazer uma declaração amanhã (19) de manhã, obviamente a informação vazou mais cedo", disse Tomlinson, legislador de North Swindon, à Reuters. "Isso não é relacionado ao Brexit. É um reflexo do mercado global. Eles estão buscando consolidar a produção no Japão."

A Honda não comentou o assunto, mas afirmou que "levamos nossas responsabilidades para com nossos funcionários muito a sério e sempre comunicamos qualquer notícia significativa com eles primeiro", disse.

O acordo de comércio UE-Japão, recentemente confirmado, eliminou as tarifas de importação de carros japoneses para o continente europeu, enquanto a Grã-Bretanha está lutando para avançar nas negociações sobre as relações comerciais pós-Brexit com Tóquio.

A Honda, que vem fabricando mais carros para venda fora da Europa nos últimos anos, disse no início deste mês que seus volumes de produção em Swindon serão reduzidos para 570 carros por dia e que por isso faria cortes de empregos.

"Essa redução no volume não terá nenhum impacto em nossos níveis permanentes de recursos e está alinhada com nossos planos de produção atuais", disse a empresa na ocasião.

Amazon faz segundo investimento em startup de transporte no mês

19/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Depois de injetar dinheiro na Aurora, gigante americana aposta na Rivian, de carro elétrico

A Amazon embarcou no vagão dos veículos elétricos, liderando uma rodada de capitalização de US\$ 700 milhões (cerca de R\$ 2,6 bilhões) na Rivian, anunciou a startup de automóveis elétricos na sexta-feira (15).

"A visão da Rivian quanto ao futuro do transporte elétrico nos inspirou", afirmou Jeff Wilke, presidente-executivo da divisão mundial de produtos de consumo da Amazon, em comunicado.

Há poucos dias, a gigante de comércio eletrônico e uma das empresas mais valiosas do mundo investiu em outra startup de transporte, o que evidencia a aposta em tecnologias que podem favorecer a logística para entregas no futuro.



Jeff Wilke, presidente-executivo da Rivian, no Salão do Automóvel de Los Angeles, em novembro - Mike Blake/Reuters

Há menos de duas semanas, a companhia de Jeff Bezos anunciou investimento de US\$ 530 milhões (R\$ 1,3 bilhão) na Aurora, uma startup de veículos autônomos dirigida por antigos executivos da Waymo, a divisão do Google dedicada à tecnologia.

Antes, a Aurora tinha fechado acordos com a Volkswagen e a Hyundai para fornecer seu conjunto de hardware e software aos veículos das duas montadoras.

A Rivian, fundada em 2009, mostrou uma picape e um utilitário esportivo elétricos no Salão do Automóvel de Los Angeles, em novembro.

A picape RIT e o utilitário esportivo RIS devem chegar ao mercado dos Estados Unidos em 2020. O lançamento mundial está previsto para 2021.

Um skate com propulsão elétrica também está entre os produtos da empresa, e pode se enquadrar ao crescente interesse da Amazon em diferentes sistemas de transportes para seus serviços.

As despesas da Amazon com entregas subiram em 27%, para US\$ 27,7 bilhões (R\$ 102,9 bilhões) no ano passado.

A empresa está expandindo sua capacidade de entrega para depender menos de prestadores de serviços como a FedEx, nos Estados Unidos.

A Rivian, com sede em Plymouth, Michigan, tem mais de 750 empregados, alguns localizados na Califórnia e na Inglaterra.

A companhia informou que continuará independente depois de sua rodada de capitalização.

Montadoras se unem contra possíveis sobretaxas de Trump sobre importados

19/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 18-02-2019)

Indústria falou que imposto de 25% pode aumentar preços e gerar desemprego

A indústria automobilística norte-americana pediu nesta segunda-feira (18) ao presidente Donald Trump que não aplique tarifas sobre carros importados e autopeças, após o Departamento de Comércio dos EUA enviar um relatório confidencial à Casa Branca no domingo, com recomendações de como proceder.

Algumas organizações comerciais também criticaram o Departamento de Comércio por manter os detalhes do relatório envolto em sigilo, o que dificultará para a indústria reagir durante os próximos 90 dias que Trump terá para analisá-lo.



Donald Trump durante discurso na Flórida - Joe Raedle/Getty Images/AFP

"O sigilo em torno do relatório só aumenta a incerteza e a preocupação em toda a indústria criadas pela ameaça de tarifas", disse a Associação de Fabricantes de Motores e Equipamentos em comunicado, acrescentando que ficou "alarmada e desanimada".

"É fundamental que nossa indústria tenha a oportunidade de revisar as recomendações e aconselhar a Casa Branca sobre como as tarifas propostas, se forem recomendadas,

colocarão empregos em risco, impactarão consumidores e provocarão redução nos investimentos que podem nos atrasar em décadas".

Representantes da Casa Branca e do Departamento de Comércio não puderam ser contatados imediatamente.

A indústria alertou que possíveis tarifas de até 25% em milhões de carros e peças importadas adicionariam milhares de dólares aos custos dos veículos e potencialmente devastariam a economia dos EUA, além de provocar demissões.

Funcionários do governo disseram que as ameaças tarifárias nos automóveis são uma forma de obter concessões do Japão e da UE. No ano passado, Trump concordou em não impor tarifas desde que as negociações com os parceiros comerciais progredissem.

"Acreditamos que tarifas de importação maiores sobre produtos automotivos e a provável retaliação contra exportações de automóveis dos EUA minariam —em vez ajudar— a contribuição econômica e de emprego de Fiat Chrysler, Ford e General Motors para a economia dos EUA", disse o ex-governador do Missouri Matt Blunt, presidente do American Automotive Policy Council.

Brasil pede compensação da União Europeia por salvaguardas sobre o aço

19/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 18-02-2019)

No início de janeiro, europeus estenderam proteção por mais dois anos e meio

O governo brasileiro pediu compensações da União Europeia (UE) nesta segunda-feira (18) pelas salvaguardas às importações de aço impostas pelo bloco no início deste mês.

Em nota conjunta, os ministérios das Relações Exteriores, da Economia e da Agricultura Pecuária e Abastecimento afirmaram que o governo brasileiro também notificou a OMC (Organização Mundial do Comércio) de que o país poderá adotar medidas para reequilibrar o comércio com a UE diante das medidas de salvaguarda no setor de aço.

"O governo brasileiro permanece aberto ao diálogo com a União Europeia, a fim de buscar o melhor encaminhamento para essas questões", diz trecho da nota. "Reitera também sua disposição de seguir defendendo com todo o empenho os interesses dos produtores e exportadores brasileiros".

Em votação não unânime no início de janeiro, o braço executivo da União Europeia (UE) decidiu estender por mais dois anos e meio salvaguardas em vigor desde julho de 2018 que visam proteger a produção do bloco, depois que a imposição de tarifas pelos Estados Unidos inundou de mercadoria o mercado internacional.

A medida fixa cotas para 28 categorias de artigos, como laminados, tubos e materiais para rodovias. O Brasil está sujeito a sete delas —em três (laminados a frio, folhas metálicas e perfis), há tetos específicos, enquanto nas outras quatro ele disputará uma fatia do montante definido sob a rubrica "outros países".

McLaren traz novo supercarro de R\$ 2,7 mi

19/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 18-02-2019)

A **McLaren** apresentou no Brasil o novo modelo **600LT**, um superesportivo com motor V8 biturbo de 600 cavalos trazido de Woking, Surrey, Inglaterra. O preço informado começa em R\$ 2,7 milhões. O LT é 74 centímetros mais longo que outros modelos da

marca. Tem nova carroceria de fibra de carbono e pesa 1.247 quilos, quase 100 kg a menos que um McLaren 570S cupê.



McLaren 600LT recebe motor V8 biturbo de 600 cavalos e tem carroceria de fibra de carbono
600LT amplia o leque de opções da marca, que vendeu 20 unidades no Brasil em 8 meses

A chegada do novo carro decorre do bom resultado da McLaren no Brasil. A importadora oficial McLaren São Paulo estimava alcançar as 20 mil unidades em maio, ao completar seu primeiro ano, mas já atingiu essa meta em janeiro.

"Os clientes se identificaram rapidamente com a marca. Isso ajudou muito na consolidação da McLaren no Brasil. Vender 20 unidades em menos de um ano, tendo como modelo de entrada um carro (o 540C) com preço a partir de R\$ 1.550.000, foi algo que superou nossas expectativas", afirma o presidente da McLaren São Paulo, Henry Visconde.

Wilson Bricio, da ZF: "Pessoas frustradas não dão bons líderes"

19/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 18-02-2019)



Em entrevista ao vivo, executivo falou sobre propósito, inovação e do desafio de entregar resultados imediatos

Wilson Bricio, presidente da ZF para a América do Sul, tem uma consistente trajetória de liderança. Além de comandar a fornecedora automotiva na região, é também presidente honorário da VDI, Associação de Engenharia Brasil-Alemanha, onde desenvolveu uma série de projetos, incluindo um programa para fomentar a diversidade no setor.

Na quinta-feira, 14, ele participou de uma edição especial do AB Webinar sobre a pesquisa **Liderança do Setor Automotivo**, um estudo inédito feito por Automotive Business em parceria com a MHD Consultoria. A conversa foi um aquecimento para as discussões que estarão nos palcos do Automotive Business Experience, o **aqui**, evento que acontece no dia 27 de maio e já está com inscrições abertas.

Na entrevista ao vivo, o executivo comentou os resultados do levantamento, respondeu às perguntas da audiência e alertou: "Se o propósito da companhia em que você trabalha não for aquele que te faz levantar da cama feliz de manhã, é melhor procurar em outro lugar. Pessoas frustradas não dão bons líderes".

Confira a seguir os principais trechos da conversa.

Com a indústria em transformação, quais evoluções você percebe no seu papel como líder nos últimos anos?

O papel da liderança está mudando com a necessidade de trabalhar em rede. Mesmo sendo líder, preciso fazer parte do time. É importante estabelecer esse elo dentro da equipe. Se você não souber ouvir, está perdendo uma grande oportunidade porque, para tirar todo o potencial das pessoas, precisamos entender o que elas querem. Na medida em que você faz os times participarem dos processos decisórios, de enfrentamento de novas situações, você cria um potencial grande de realização.

Uma característica da liderança na indústria automotiva é que a maioria destes profissionais tem formação em engenharia e administração. São também pessoas que estão há muito tempo no setor. Este é o seu caso? Fale um pouco de sua experiência.

Eu comecei na área de equipamentos, passei por bens de capital, desenvolvimento de produto, engenharia e fui para serviços. Fui vice-presidente de operações de uma empresa na Alemanha e voltei como CEO. Trabalhei em várias áreas e, ao chegar no setor automotivo, percebi que muita coisa que aprendi em outra indústria trazia benefícios e adicionava valor aqui. Essa pluralidade é importante para você entender a complexidade do mundo. Quando falamos da formação, percebo que ainda damos pouca atenção à gestão de pessoas. Este é o futuro. Todo técnico, engenheiro ou cientista vai precisar lidar com isso.

Que novas competências as pessoas precisarão desenvolver para liderar na era da indústria 4.0?

Em primeiro lugar é importante entender o que motiva as pessoas. O que as prende, o que as faz realizar aquela coisinha a mais que garante o sucesso. Isso começa por entender até a questão da diversidade. Todo mundo busca lidar com seus similares, mas quando você está dentro de um time, tem que aprender a usar o potencial de cada um, aproveitar as diferenças.

Nesse contexto, se comunicar bem é fundamental. É preciso formular estratégias e traçar objetivos claros para o grupo. A formação técnica também é essencial, mas são as duas competências combinadas que farão diferença no futuro.

Quando falamos de pessoas, o setor automotivo tem pouca diversidade. A maioria da liderança é branca e masculina. O tema diversidade é importante para a ZF? Como vocês têm trabalhado essa questão?

A diversidade é, em primeiro lugar, questão de respeito. Algo que só vem através da educação. Você pode criar movimentos em curto espaço de tempo em função de uma minoria dentro das empresas, mas acho que isso é algo que deveria começar lá atrás. O Brasil ainda é um País onde, infelizmente, existe o preconceito velado.

Na ZF nós sabemos do potencial que a diversidade traz. Fazemos muitos treinamentos para estimular que as pessoas busquem o valor em todos.

Também questionamos muitas coisas em nosso processo seletivo. Sempre precisamos entender porque alguém foi escolhido em detrimento de outro, se tínhamos negros e mulheres na etapa final de seleção para a vaga.

Quando vejo as experiências que nós temos na ZF com mulheres em posição de liderança, eu entendo porque os homens têm medo. Os resultados que elas entregam são fantásticos.

Vale lembrar que, no mercado, o poder de decisão de compra da mulher é cada vez maior.

Sim. Você abre um potencial muito grande ao trazer para a empresa formas diferentes de pensar, de perceber o mundo. Todos estes olhares estão corretos e podem se complementar. É aí que conseguimos uma combinação explosiva em termos de potencial de sucesso.

Você se preparou para a liderança? Tinha essa ambição ou foi uma trajetória natural em sua carreira?

Aconteceu. Eu comecei em uma área bastante técnica, na engenharia, e percebi dificuldades que existiam nas interfaces entre o desenvolvimento e os departamentos de atendimento. Fui depois para uma nova função e precisei entender a gestão, como comunicar, como motivar as pessoas para atingir objetivos. Foi acontecendo. Me aprimorei e acho que tenho essa competência de fazer as pessoas trabalharem juntas, de formar times. Talvez já fosse uma habilidade minha que, lá atrás, eu não sabia que tinha. No começo eu queria ser desenvolvedor da Nasa, um cientista (risos).

Como é a formação de um líder? É preciso focar na parte técnica ou na gestão? O que o mercado demanda nesse momento?

Existe uma formação técnica básica necessária porque lidar com tecnologia exige uma disciplina que você só aprende formalmente. Agora, em algum ponto você tem que escolher para onde quer ir. Se a gestão de pessoas e de equipes te interessa, será preciso buscar um caminho para se desenvolver nessa área, abdicando de algumas coisas.

Esse foi um processo muito claro na minha carreira: precisei abrir mão de me envolver em problemas técnicos e encontrar as melhores pessoas para fazer isso. A pior coisa que pode existir é um líder que resolve toda questão técnica que aparece, desautorizando a equipe encarregada.

Liderança é uma coisa complexa. Você tem que treinar, se aperfeiçoar e estar curioso o tempo todo porque, no fundo, está lidando com ser humano.

Como manter uma equipe motivada no longo prazo, principalmente em um momento de transformação, como o que estamos vivendo?

Existem alguns elementos básicos que um líder precisa para manter uma equipe junta. Em primeiro lugar, é essencial definir objetivos, o que a companhia precisa atingir. Também é importante tomar decisões quando é necessário, mas todo mundo tem que ser informado, estar ciente - e aí entra a parte da comunicação.

A liderança precisa ser muito transparente para dizer às pessoas o que precisamos atingir, o que se espera delas. Em um processo de mudança, você tem que comunicar direito. Sempre busquei trazer todo mundo para perto dos temas, para as discussões, e ouvir muito antes de tomar a decisão final. Às vezes você tem que dizer não, mas é fundamental ser transparente mesmo neste caso.

O contexto de mudança é um fator crítico quando falamos de liderança?

Uma questão importante é que, em algumas situações, o líder precisa criar crises. Está indo tudo muito bem, os resultados estão maravilhosos, a empresa está crescendo, mas você começa a antever uma mudança do cenário. É o que acontece hoje, com muitas empresas antecipando questões como a eletrificação e a mobilidade nas grandes cidades. É preciso se preparar para estas mudanças no contexto.

Como a ZF conduz o desafio de buscar os resultados de curto prazo enquanto trabalha para reinventar o negócio no longo prazo?

Temos que dar resultado. Existe uma negociação de objetivos com o conselho da ZF. Aí é importante a liderança representar seu time, discutir as coisas para definir objetivos tangíveis. Também estamos sempre trabalhando pelo futuro da indústria no Brasil, pensando em como as mudanças impactam o nosso negócio. A cada três ou quatro meses colocamos toda a gestão junta, os vice-presidentes e diretores, para discutir como garantir a nossa performance para o futuro. Nestes encontros, eles me dão feedback, me dizem se estou indo bem ou mal. É importante ter isso para não ficar cego, preso à minha própria perspectiva.

Na ZF isso tem funcionado bastante. Focamos no mercado, mas também focamos em respeito, em responsabilidade e em motivação.

Você percebe algum preconceito das empresas em relação ao profissional mais velho? O que você acha desse balanço de gerações no setor automotivo?

Sim, existe discriminação nas duas pontas, honestamente falando. É uma coisa antiga, um dos nossos paradigmas que precisam ser quebrados. As pessoas devem ser avaliadas pelo potencial que têm, pelo podem entregar. No fim das contas, há preconceito de idade, assim como existe preconceito de gênero e de raça. Precisamos assumir que nós temos preconceito. Você só cura sua doença quando admite que está doente.

Como a ZF trabalha o paradoxo da indústria automotiva falar muito em inovação, mas no dia-a-dia, na prática, nem sempre priorizar este assunto?

Existe uma imagem que se faz da inovação de que é sempre alguém que vai inventar um produto novo e revolucionário. A inovação está em tudo, pode permear todas as nossas atividades: a gestão, a gestão de pessoas, financeira, no marketing. O Brasil tem muita capacidade.

O que não temos é competitividade. Hoje nós estamos no 125º lugar em termos de facilidade de ambiente de negócios no mundo. Isso é muito ruim. Com toda essa carga de impostos, todos esses oligopólios com os quais a gente lida no dia a dia, não conseguimos exportar como deveríamos. Para o Brasil ter mais foco em pesquisa na indústria automotiva, vamos precisar ser competitivos globalmente, mudar o nosso ambiente de negócio.

Há empresas que tentam ser o Google quando se trata de inovação, mas internamente se perdem em assuntos básicos. Como vocês trabalham este equilíbrio na ZF?

Não existe fórmula pronta. Indústrias diferentes precisam de abordagens diferentes, Estamos em um setor bastante tradicional. Não adianta querer virar o Google de repente dentro do ambiente de negócios industrial que tem suas regras. O ideal é criar um espaço beta dentro da empresa para começar a fazer algumas inovações, para experimentar e aprender. Assim, dá para avaliar o risco e introduzir as novidades na companhia.

É preciso incorporar o espírito de startup, de trabalhar com agilidade e liderar pensando em ter um time, não em dar ordens. Empresas como as automotivas, que estão aí há mais de cem anos e aprenderam a viver com as mudanças, também podem começar a experimentar algumas características de startup. Isso é possível, mas tem que ser feito de forma planejada. No fim das contas, não adianta ser uma empresa bonitinha e não entregar resultado.

A ZF é uma empresa que tradicionalmente fornece para a indústria automotiva. Com a digitalização, a companhia cria novos modelos de negócio e começa a se aproximar do consumidor final. Qual é, afinal, o papel da organização hoje?

Estamos desenvolvendo vários produtos que serão necessários no ambiente de mobilidade do futuro. Temos os nossos negócios tradicionais e, com a aquisição da TRW, complementamos o portfólio. O grande desenvolvimento está na área de inteligência artificial e, nesse ponto, temos um dos sistemas mais avançados do mundo, e já entrando em operação em 2019.

Estamos levando para as divisões essa cabeça de startup para melhorar os processos, e ganhar velocidade nas decisões para atender aos clientes. Temos uma divisão, a Zukunft Ventures, que está fazendo uma série de parcerias para trabalhar nessas novas tecnologias de forma livre, separada da estrutura tradicional, algo que tem dado bastante resultado.

A pesquisa sobre liderança que realizamos revelou que apenas 6% dos entrevistados souberam definir qual é o propósito da empresa em que trabalham. Como isso funciona na ZF? Qual é o propósito da empresa? A ZF existe para levar mobilidade competitiva para todos, democratizar a mobilidade. Não só como transporte, mas em aspectos como conforto, segurança, além da questão das fontes energéticas. É importante se perguntar por que a empresa está aqui e o que queremos deixar como legado.

Se o propósito da companhia em que você trabalha não for aquele que te faz levantar da cama feliz de manhã, é melhor procurar em outro lugar. Pessoas frustradas não dão bons líderes.

Como você se informa e se mantém atualizado? Conte de alguma descoberta recente: um livro, um filme, etc.

Eu leio muito na internet. Gosto muito de filmes e, principalmente, de interagir com pessoas, ouvir as ideias, entender outras realidades. Sou do contato pessoal. Recentemente assisti a uma série que me impressionou muito: Designated Survivor. Cada capítulo é uma aula de liderança com temas como gestão de crise, gestão de pessoas. Recomendo assistir e prestar atenção nestes aspectos. Achei fantástico.

Daimler Trucks apura recorde de vendas, receita e lucro em 2018

19/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 18-02-2019)



A **Daimler Trucks** registrou **recorde** triplo em 2018 ao apurar bons resultados de vendas globais, receita e lucro. A divisão de veículos comerciais do Grupo Daimler encerrou o período com a entrega de mais de 517 mil caminhões em todo o mundo, um crescimento de 10% sobre o ano anterior, quando havia vendido 470,7 mil unidades em todo o mundo. Os destaques foram Brasil, América do Norte (Nafta) e Índia, todos com índices de aumento de dois dígitos.

Com isso, a receita da divisão atingiu € 38,3 bilhões, representando aumento de 7% no comparativo anual. Da mesma forma, o Ebit alcançou nível recorde de € 2,75 bilhões, alta de 16% e retorno de 7,2% das vendas contra 6,7% do ano anterior. O lucro chegou a € 1,4 bilhão. Para este ano, o grupo prevê um retorno sobre as vendas de 7% a 9%.

"O ano de 2018 foi o de maior sucesso na história da Daimler Trucks. Aproveitamos os ventos favoráveis dos principais mercados e atingimos novos recordes de vendas, receita e lucro. Nossos resultados do ano passado provam que temos os produtos e serviços certos para os mais diversos mercados e regiões e nossa tarefa compartilhada na Daimler Trucks e na Daimler Buses para 2019 será oferecer a eles o melhor suporte possível", afirma o membro do conselho de administração do Grupo Daimler e responsável pela Daimler Trucks & Daimler Buses, Martin Daum.

Entre as estratégias para crescer este ano, a Daimler Trucks está preparando novidades para seus principais mercados, como na América do Norte, onde lançará em breve o novo Cascadia, da sua marca Freightliner, o primeiro caminhão de condução parcialmente autônoma produzido em série nos Estados Unidos. Na Europa, com a Mercedes-Benz, em junho será a vez do lançamento do New Actros e na Ásia companhia vai inaugurar em março o novo centro de design da Fuso em Tóquio, no Japão.

Assim como as marcas do grupo, Mercedes-Benz e Freightliner, a Fuso também terá sua opção de caminhão parcialmente autônomo nível 2 a partir de novembro.

Por sua vez, a Mercedes-Benz iniciará um teste prático do eActros, versão elétrica do modelo, na estrada B462 na Alemanha, em parceria com a empresa de transporte Logistik Schmitt. Ele rodará diariamente cerca de 168 km em operação de três turnos. Posteriormente, também serão feitos testes do caminhão com semirreboque, mas só em 2020, após a instalação da infraestrutura de recarga por meio de rede aérea.

"Tudo indica que estamos no rumo certo com o conceito do eActros. Estamos muito felizes com o fato de a Logistik Schmitt estar usando o eActros na área de Murgtal e esperamos receber outras notícias interessantes quanto à prática operacional também no que diz respeito a testes comparativos posteriores no projeto da rede aérea", disse o chefe mundial da Mercedes-Benz Trucks, Stefan Buchner.

Além do eActros, a Daimler Trucks possui os caminhões elétricos eCanter (leve) e o pesado Vision One, ambos da Fuso, além do médio eM2 e eCascadia, da Freightliner, que estão sendo testados em diversos mercados, como Estados Unidos, Japão e Europa.